

# A FACE OCULTA DO PARECERISTA: DISCUSSÕES ÉTICAS SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE MÉRITO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

Sônia Gondim\*

A submissão de textos a procedimentos de avaliação criteriosos e rigorosos, visando a garantir a qualidade da produção científica, é uma prática rotineira e de fundamental importância no campo acadêmico. Uma das preocupações centrais do processo de avaliação é a de garantir a isenção de julgamento, o que torna justificável que autores submetam seus textos ao conselho editorial e aos consultores *ad hoc* de periódicos de seu interesse. Embora o editor tenha acesso ao nome dos autores e em alguns casos possa rejeitar preliminarmente um texto, impedindo-o de ser encaminhado para os consultores *ad hoc*; estes, por sua vez, desconhecem os autores dos textos que estão sob sua apreciação, da mesma maneira que os referidos autores ignoram quem são os juízes de seus trabalhos. Não podemos desconsiderar, no entanto, que estes consultores ou avaliadores, na maioria das vezes, pertencem ao mesmo grupo social dos autores, ou melhor, são também docentes, profissionais e pesquisadores, que igualmente submetem os seus próprios trabalhos à avaliação de terceiros. O fato de poder assumir uma ou outra condição, a de avaliador e a de avaliado, por si só, apresentar-se-ia como uma forte razão para sensibilizar o avaliador da condição desvantajosa dos autores dos artigos sob submissão, visto que o poder de decisão se encontra nas mãos de quem julga.

Ora, se a mesma pessoa, em uma dada circunstância, pode exercer o papel de avaliador e, em outra, o de avaliado seria desejável que, na condição de avaliador, dotado de poder de julgamento e, portanto, gozando de uma condição privilegiada, elaborasse seu parecer, quer favorável ou desfavorável, de modo criterioso e responsável, uma vez que, na condição inversa, a de avaliado, tenderia a esperar que o avaliador procedesse do mesmo modo, não só apresentando justificativas claras da rejeição ou aprovação, como também incluindo sugestões explícitas de aperfeiçoamento. Em outras palavras, tendo como referência a regra social da reciprocidade, o que está em jogo é o respeito mútuo, ou melhor, o agir com o colega da mesma maneira que gostaria que ele o fizesse consigo mesmo. Este é um dos pontos centrais da conduta moral do avaliador que pretendemos desenvolver no decorrer destas poucas páginas.

Que contribuição pode vir a dar para o autor de um artigo um parecer que inclui a seguinte frase: "A literatura mundial já avançou sobre o assunto"? Ainda que admitamos que esta frase seja apenas um fragmento, não podemos negar que ela é capaz de ter um impacto negativo bem maior se o referido parecer tiver sido desfavorável e, ainda pior, apresentado em aproximadamente dez linhas. Será que a rejeição de um texto não requer justificativa detalhada? Mais do que isto será que um avaliador que rejeita um texto em apenas 10 linhas teria tolerância para receber um parecer negativo apresentado da mesma maneira? Somos capazes de apostar que não. Diríamos até que o problema não está apenas no fato de o parecer ser demasiadamente curto para justificar uma rejeição, mas principalmente porque esta frase é bastante vaga e não oferece diretriz clara do sentido da crítica que o avaliador está fazendo ao texto. Uma afirmação desta

\* Profª FFCH/UFBA e NPGA/UFBA

amplitude exigiria, no mínimo, que o avaliador indicasse pelo menos um ou dois autores que avançaram no tema, dando condições àquele que redigiu o texto rejeitado de refutar ou corroborar os argumentos do parecerista. O mundo é demasiadamente extenso, e apesar de as novas tecnologias permitirem acesso ao conhecimento proveniente de diversas partes de nosso planeta em um intervalo de tempo bem menor do que outrora, é inconcebível crer que possamos estar atualizados acerca de tudo que é produzido em nossa área de conhecimento.

É muito pouco provável que alguém que tenha optado pela carreira acadêmica coloque em dúvida o fato de que a produção de conhecimento científico deva ser submetida à crítica contínua. Aliás, o longo processo de socialização a que estão submetidos docentes e pesquisadores tem como um de seus principais objetivos a preparação para lidar com a crítica do outro. Há, no entanto, pelo menos dois outros: os pares e o público geral. É indiscutível que a crítica deste outro, particularmente o par, seja muito importante para driblar os vieses da subjetividade que muitas vezes nos fazem olhar com bons olhos tudo aquilo que se assemelha ao nosso modo de pensar e conceber o mundo ao redor, ao mesmo tempo em que reagimos com desconfiança ao que é estranho ao nosso sistema de crenças e valores.

A despeito dos inúmeros processos discutidos na psicologia cognitiva que alertam para a fragilidade de nosso julgamento, e nos dão fundamentos para compreender quão importante é adotar procedimentos para minimizar vieses de avaliação, o ato de avaliar é um ato de poder. Em especial, em caso de anonimato do avaliador. Apesar de cômicos de que a avaliação cega contribua para amenizar as falhas de julgamento, não podemos ignorar que ela não altera o *status* diferenciado de poder, visto que o avaliador se mantém protegido do autor insatisfeito, cuja reação emocional negativa, considerada previsível, muitas vezes é simplesmente atribuída ao despreparo para lidar com situações "desconfirmadoras". A assimetria de poder se torna flagrante e torna o ato de avaliar apenas um instrumento de poder, quando um parecer não aponta caminhos de correção e de preenchimento das lacunas daquilo que foi submetido à avaliação.

Poucos também colocariam em dúvida a eficácia da avaliação cega. Aqui não é esse o caso, mas sim o de ressaltar o risco a que pode incorrer o avaliador ao se render ao vício e assumir uma postura negligente com relação às razões que dão suporte ao seu parecer. Este risco aumenta se o avaliador estiver sob pressão externa, por se deparar com um grande número de trabalhos a avaliar, tendo ainda que conciliar essa tarefa com seus outros compromissos profissionais. De modo mais específico, o ponto central de nossas reflexões é a avaliação encaminhada aos autores, principalmente quando o trabalho é recusado. E, em sendo assim, não podemos ignorar as questões de natureza ética daí decorrentes, particularmente, pelo fato de haver desigualdade de poder nesta relação avaliador-avaliado. O que está em jogo é a conduta moral de alguém que goza de uma condição privilegiada de decisão, com poder de desqualificar o trabalho alheio ou de enaltecê-lo. Esta conduta moral se encontra fundamentada em uma ética que regula as ações humanas e oferece razões para agir (razão ética), mais do que razões para sentir (razão estética) e razões para crer (razões teóricas). Não queremos dizer, no entanto, que as ações morais não estejam apoiadas em sentimentos e crenças, apenas ressaltar que o objeto da ética são os valores morais que orientam não só nossas ações, como também servem de base para a avaliação que fazemos das ações dos outros (O'NEILL, 1996, SKORUPSKI, 2002, NAPOLI, 2000). Afinal, não podemos conceber uma sociedade ou comunidade que ignore as ações morais. Elas são inerentes à vida social humana. O grande desafio, no entanto, é o de definir quando nossas ações para com os outros são moralmente corretas.

Um bom começo para tentar dar uma resposta a este desafio é indagar sobre as razões que levam a agir de maneira correta para com os outros. É bem provável que as pessoas sejam compelidas a agir assim pelas regras sociais e de seu grupo de pertencimento, visto que, ao apresentarem comportamentos dissonantes, estariam sujeitas à censura. Afirmar que uma ação é digna de censura ou desaprovação, significa dizer que não só há razão suficiente para desapro-

var a pessoa que realizou tal ação, assim como se presume que tal pessoa teve liberdade para agir de modo distinto. É justamente o fato da ação de responsabilidade moral estar apoiada na liberdade de opção que torna tanto o estado mental quanto físico do agente variáveis importantes a serem consideradas para inferir a liberdade moral. Aliás, é esta liberdade que permite o autocontrole, uma das principais virtudes de todo ser humano. A ausência de liberdade, em consequência, diminui a responsabilidade moral, condição em que se encontram os viciados. Em síntese, neste texto estamos dando destaque à liberdade, ao autocontrole dos impulsos e à censura, elegendo-os como elementos importantes do ato moral.

Um dos problemas de difícil solução no campo da ética, no entanto, é o de reconhecer em que circunstâncias a censura ou a admiração tanto da própria ação quanto da ação do outro se torna inquestionável. Um indiscutível aspecto a considerar é que a ação moral requer não só resistência aos impulsos, como também capacidade de impedir atos que não deveriam ser praticados.

Esses argumentos nos levam a concluir que a intenção do agente é muito importante na atribuição de responsabilidade moral, o que no nosso entendimento não é compartilhado integralmente por Kant (2002). Embora Kant afirme que sem responsabilidade e sem liberdade não se pode pensar em ética, e que o ato moral (sistema de regras que orienta os costumes e deve ser respeitado) só adquire sentido se supormos que o homem seja livre, livre para eleger e esta eleição implica responsabilidade, contra-argumenta que algumas razões para agir são categóricas (imperativas) e não meramente hipotéticas, e as únicas razões categóricas são as razões morais, que não levam em conta as intenções ou objetivos do agente. Para Kant, o dever não decorre de inclinações humanas (condição em que a faculdade de desejar depende das sensações), mas da racionalidade de uma regra universal (lei) que a pessoa, no exercício de sua autonomia e liberdade, baseia suas ações. Lei que é válida para todo ser racional e dotado de vontade. Trata-se de uma ética do "dever ser" e não do "ser". Segue dizendo que todos os imperativos se expressam pelo verbo dever, mostrando assim a relação de uma lei objetiva da razão com uma vontade que, por sua constituição subjetiva, não é necessariamente determinada por tal lei. "Os imperativos não são nada mais do que fórmulas para exprimir a relação entre leis objetivas do querer em geral e a imperfeição subjetiva da vontade desse ou daquele ser racional – da vontade humana, por exemplo" (Kant, 2002, p.45).

As considerações feitas sobre a importância da censura e da reprovação do agente moral, que estamos a defender, de modo algum significam que devemos evitar agir moralmente errado por medo das consequências que advirão ou ainda em razão de terem sido outros os nossos objetivos (razão instrumental). A rigor, concordamos com a formulação da ética hermenêutica de Dilthey, que integra os elementos emocionais e racionais em sua teoria, e não atribui o ato moral somente a um imperativo da razão como Kant formula em sua ética normativa (ética do dever). Um dos aspectos centrais da ética de Dilthey é o sentimento de "empatia". As razões que nos levam a agir moralmente certo e evitar ações moralmente erradas decorrem do fato de nos colocarmos no lugar do outro e, embora não possamos sentir com a mesma intensidade que ele e nem da mesma forma, somos capazes, no entanto, de compreender o que ele sente (pela faculdade da razão e pela emoção). A vontade de se colocar no lugar do outro, bem como a ênfase na consciência moral estão na base da ética social de Dilthey. Enfim, é esta consciência moral, soma de todos os juízos morais em inter-relação, que fundamenta a moralidade. O compromisso da consciência moral não é só o de definir o que é o dever (decorrente da razão), mas também o de transformar pulsões em sentimentos mais amenos e socialmente aceitos. Sentimentos estes que se expressam por meio da volição ou atos da vontade (força, coragem, dedicação, ousadia, energia, esforço, trabalho, persistência) e da moral (compaixão e respeito mútuo). O ponto importante é que esta vontade se expande à medida que o bem-estar do outro e sua dor são compreendidos e reconhecidos. Em resumo, a ética de Dilthey é

estruturada a partir da transformação do homem natural (homem que não inibe suas pulsões) para o homem social. E o que está em jogo é a formação social por meio do processo de socialização, que envolve a apropriação de normas, símbolos, significados, costumes e regras compartilhados. Aprendemos a agir ao tornar o estranho, conhecido e respeitado. Pela compreensão do outro, podemos respeitá-lo. Dito de outro modo, o reviver da situação de outra pessoa, ao interagirmos com ela nos permite modelar e educar nossos sentimentos, compreender este outro e respeitá-lo, tornando-nos mais solidários para com ele (NAPOLI, 2000).

A linha argumentativa sobre a ética que traçamos até este ponto do texto sugere que defendemos uma ética sustentada na formação humana ao longo do processo de socialização, que pretende unir razão e emoção e ainda dotar de sentido moral suas experiências circunscritas a um contexto sócio cultural que define normas, valores e regras de convivência mútua. Concordamos que as razões para agir (razão prática) e as razões para sentir (razão estética) estão inter-relacionadas, distanciando-nos da posição mais tradicional da inter-relação entre as razões para agir e as razões para crer (razão teórica). E ao retornar ao núcleo central de nossas reflexões éticas que nos motivaram a redigir este texto, elegemos, além da empatia, já referida por nós em parágrafos anteriores, a transparência e a sinceridade como virtudes fundamentais do avaliador de trabalhos científicos. A transparência requer que deixemos claras as nossas intenções para com a outra pessoa, permitindo que o outro confie em nós; e a sinceridade, por sua vez, assegura a congruência entre nossas convicções, sentimentos e valores e o que dizemos para o outro acerca delas.

O avaliador de um trabalho científico tem o poder e a liberdade de opinar e julgar sobre o trabalho do outro e decidir se é bom ou ruim, mas também tem a responsabilidade moral para com o colega que avalia. Frases isoladas e sem significado sinalizam ato irresponsável de poder e desrespeito, pois retiram qualquer possibilidade de que o autor sob avaliação compreenda as razões da rejeição. Muito provavelmente, o avaliador, caso recebesse um parecer neste nível de superficialidade, sentir-se-ia ofendido e desrespeitado. Pareceres inconsistentes e superficiais não orientam, mas imobilizam. A gravidade é que a opção pela carreira acadêmica repousa em grande parte na paixão, não pela conversão (acolher o outro ponto de vista sem questionar), mas pelo debate (confronto de posições em que cada lado mantém o seu ponto de vista inicial) e pela discussão (trocas que permitem a reavaliação e a mudança de ponto de vista inicial) (REMBERT, 1995). Privar o colega de argumentos é rebaixar seu *status* de debatedor e interlocutor privilegiado da discussão, para o de mero convertido, cujo compromisso é apenas com a aceitação passiva e sem questionamento do parecer de uma autoridade legal, mas não necessariamente legitimada.

Apesar de os periódicos garantirem a transparência das normas que orientam os trabalhos a serem submetidos e muitas vezes oferecerem formulários apropriados para instruir os avaliadores, isto parece não ter o impacto desejado. Alguns avaliadores, além de ignorarem os prazos, em que estão em jogo o ritmo e a produção do colega, assim como o caráter inédito de um trabalho, apresentam pareceres de qualidade duvidosa, como se a tarefa de julgar o trabalho do outro tivesse menor importância entre as atribuições de docentes e pesquisadores que seguem a carreira acadêmica. A recusa em avaliar trabalhos seria passível de censura para quem opta por trilhar este caminho profissional; só resta, então, se desobrigar da tarefa, deixando em segundo plano a qualidade do conteúdo do parecer. Mas o que nos causa mais surpresa é que esses avaliadores parecem se esquecer que eles também são sujeitos do processo e necessitam igualmente que os outros avaliem seus trabalhos para fins de publicação.

Como afirma Aristóteles (2004), a virtude é um hábito, que consiste em encontrar a posição intermediária entre a razão e a prudência. A virtude é um ponto médio entre dois extremos, um por excesso e outro por ausência. A crítica justa está entre a completa ausência de rigor e o excesso de rigor. A virtude ética superior é a justiça (noção tomada emprestada do Direito), e a injustiça é o vício. O

virtuoso tem como disposição uma boa atuação, e é isto que esperamos de um avaliador. Nossa expectativa é de que ele use a razão e a prudência, e que fundamente o seu parecer de modo que se devolva ao autor o poder de exercício da razão. Só assim, os equívocos e desconcertos de seu texto ou trabalho científico tornar-se-ão inteligíveis. E o poder da transformação retorna às mãos do autor. A injustiça e o vício não são rejeitar um trabalho, mas não oferecer ao avaliado, que se encontra destituído de poder, informações qualificadas que lhes permitam compreender as lacunas de seu texto para que possa aperfeiçoá-lo. Afinal, profissionais da área acadêmica não têm um compromisso pedagógico? E um compromisso pedagógico não requer responsabilidade sobre o que dizemos ao outro, colocando-nos no lugar dele para tentar compreender o tipo de impacto nele provocado?

Incorreríamos em grave erro se deixássemos de registrar que há avaliadores sérios e comprometidos com os pareceres que emitem, mas, infelizmente, o trabalho que desenvolvem se confunde com o daqueles que se preocupam mais em dar o veredicto, do que justificá-lo.

Nunca devemos abrir mão do rigor em estabelecer critérios de seleção de trabalhos científicos, mas ao assumirmos o poder de avaliar a produção de nossos pares, jamais devemos ignorar o compromisso moral, em especial o respeito mútuo. Este respeito se traduz no quanto somos capazes de devolver ao outro o poder de contra-argumentar.

Sem sombra de dúvida, estamos seguros de que o duplo anonimato do autor e do avaliador seja um procedimento adequado para minimizar os vieses de julgamento, que tão bem nos caracterizam como seres humanos. Ao assumirmos o papel de avaliadores, no entanto, devemos estar cientes de que nossa força moral tem suporte na opção de jamais abrir mão da virtude a favor do vício, pois o outro, aquele que está sendo avaliado e se encontra destituído de poder, não irá nos reconhecer atrás da face oculta.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Tradução: Pedro Nasset. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- CORTINA, A. Fundamentos da ética. Em: *Dicionário do pensamento contemporâneo*. Dirigido por Mariano Moreno Villa. São Paulo: Paulus, 2000, pp.269-273.
- KANT, E. *Fundamentos da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução Leopoldo Hoslzbach. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- NAPOLI, R.B. *Ética e compreensão do outro*. A ética de Wilhelm Dilthey sob a perspectiva do encontro interétnico. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- O'NEILL, J. Ética. Em: OUTHWAITE, W. E BOTTOMORE, T. E COLS. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução: Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, pp.278-80
- REMBERT, R.B. Sócrates, discussion and moral education. *Revue internacionaii de l'education*, v. 41, n1/2, p.97-108, 1995.
- SKORUPSKI, J. Ética. Em: BUNNIN, N e TSUI-JAMES, E.P. (Eds.) *Compêndio de Filosofia*. Tradução: Luz Paulo Roauanet. São Paulo: Edições Loyola, 2002, pp. 197-227.